

Bom Dia CONTRASP

CONTRASP

Edição 820 - Sexta - feira, 04 de agosto de 2023



LUCIANA GENRO RECEBE APOIO DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE SANTA CRUZ AO PL SOBRE TERCEIRIZAÇÕES



Os representantes do Sindicato dos Vigilantes de Santa Cruz, Fábio Neitzke, Patrícia Regina Schuster e Paulo Rogério de Lara, procuraram a deputada estadual Luciana Genro (PSOL) para debater a questão dos trabalhadores terceirizados e levar apoio ao projeto de Lei 77/2023, que tem como objetivo estabelecer mais direitos aos profissionais terceirizados. A reunião aconteceu nesta quarta-feira, no gabinete da deputada.

Os representantes afirmam que a categoria sofre muito com a terceirização. Em Santa Cruz,

eles enfrentaram problemas com a empresa Seltec, contratada da Corsan, dentre outras empresas também contratadas pela companhia. Eles expõem que em mais de uma ocasião os trabalhadores ficaram meses sem receber. Paulo e Fábio relatam que eles encontram muita dificuldade para dialogar com os governantes da cidade, que sequer os recebem para debater o assunto. É importante ressaltar que a cidade era a segunda no edital de privatização da Corsan, o que não aconteceu graças à luta dos trabalhadores, que fizeram inúmeros atos, incluindo um com o Sindiágua/RS, que reuniu mais de 1.000 trabalhadores.

Patrícia reforçou a importância dos vigilantes e o perigo dessa categoria ser tão precarizada, “além da questão da dignidade

dos trabalhadores, os vigilantes protegem lugares importantes, que necessitam de segurança”, a categoria está presente em bancos, parques, hospitais, dentre outros lugares que não seriam capazes de funcionar sem uma equipe de segurança.

A deputada afirmou que o mandato recebe muitas denúncias, principalmente no atraso dos salários, “as empresas quebram e não pagam os funcionários, até aqui na Assembleia já aconteceu situações do tipo, em que as profissionais da limpeza ficaram sem receber e nós fizemos uma vaquinha para ajudá-las”. Luciana reforçou a necessidade de aprovar o PL 77/2023, que atualmente tramita na Comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável e aguardando a votação dos deputados.

O projeto de lei determina que, ao contratar uma empresa terceirizada, o estado precisará exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas, condicionar o pagamento da empresa à comprovação de

quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato e efetuar o depósito de valores em conta vinculada. Em caso de inadimplemento, o governo deverá efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido à empresa.

Para apoiar a luta por dignidade e direitos para trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, assine o abaixo-assinado no site: lucianagenro.com.br/terceirizadas.

Fonte: ww4.al.rs.gov.br/



Presidente: Edilson Silva
Secretária de Imprensa e Comunicação: Dayane da Penha de Oliveira
Produção e Arte Finalista: Regina Domingues
Diagramação e Arte: Amauri Azevedo

SCRN 712/713 BLOCO H ENTRADA 42 LOJA 41 ED SANTO ANTONIO ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, CEP: 70760-680

(61) 35320448

(61) 35320414

<https://www.facebook.com/contrasp>

<http://contrasp.org.br/>

contrasp@outlook.com